



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 DE DEZEMBRO DE 2021



Eletrobras
Cepel

A pesquisa que constrói o futuro

Centro de Pesquisas de Energia Elétrica - CEPEL
Demonstrações Contábeis do Exercício de 2021

Índice

	Página
Balanço Patrimonial - Ativo	3
Balanço Patrimonial - Passivo	4
Demonstração dos Resultados	5
Demonstração dos Resultados Abrangentes	6
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	7
Demonstração dos Fluxos de Caixa	8
Demonstração do Valor Adicionado	9
Notas Explicativas:	
1. Objetivo da Associação	10
2. Base da Preparação e Apresentação das Demonstrações Contábeis	10
3. Resumo das Principais Práticas Contábeis	11
4. Providências para o Enfrentamento da Pandemia da Covid-19	16
5. Disponibilidades	17
6. Recursos Vinculados	17
7. Contas a Receber	17
7.1. Provisão para Perdas no Recebimento de Créditos	18
8. Adiantamentos e Antecipações	20
9. Despesas Pagas Antecipadamente	20
10. Crédito – Fundação Eletros	20
11. Direitos a Receber	20
12. Depósitos Recursais	20
13. Tributos e Contribuições a Recuperar	21
14. Ativo Imobilizado	21
15. Ativo Intangível	22
16. Direito de Uso	22
17. Obrigações a Pagar	23
18. Impostos e Contribuições a Recolher	23
19. Empréstimos e Financiamentos	23
20. Provisão para Bonificação – Prêmio de Metas	24
21. Provisões sobre Folha de Pagamento	24
22. Plano de Suplementação de Aposentadoria	25
23. Provisão para Despesas Médicas - Desligados	25
24. Passivo de Arrendamento	26
25. Receitas Antecipadas	26
26. Obrigações de Convênio	26
27. Contingências Trabalhistas	28
28. Patrimônio Social	29
29. Receita de Contribuições	29
30. Contribuição Complementar	30
31. Resultado de Convênios (Restritos)	30
32. Receitas de Royalties	30
33. Receita com Prestação de Serviços	30
34. Despesas com Pessoal Permanente	31
35. Serviços de Terceiros	31
36. Despesas Gerais	32
37. Despesas Tributárias	32
38. Gerenciamento de Risco Financeiro	33
39. Seguros	34
40. Remunerações	34
41. Outros	35

CENTRO DE PESQUISAS DE ENERGIA ELÉTRICA - CEPEL
Associação Civil sem Fins Lucrativos
CNPJ 42.288.886/0001-60
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
 (Valores expressos em reais)

DESCRIÇÃO	NOTAS	2021	A. V. %	2020	A. V. %	A. H. %
ATIVO		312.936.058	100,0	299.536.623	100,0	4,5
CIRCULANTE		147.747.345	47,2	133.237.685	44,5	10,9
DISPONIBILIDADES	5	132.041.181	42,2	119.765.596	40,0	10,2
BANCOS CONTA MOVIMENTO		210.626	0,1	171.481	0,1	22,8
APLICAÇÕES FINANCEIRAS		131.830.555	42,1	119.594.115	39,9	10,2
CRÉDITOS, BENS E VALORES REALIZÁVEIS		15.706.164	5,0	13.472.089	4,5	16,6
RECURSOS VINCULADOS	6	5.325.446	1,7	4.779.515	1,6	11,4
CONTAS A RECEBER	7	8.410.630	2,7	3.710.249	1,2	126,7
(-) PROV. P/ PERDA NO RECEBIMENTO DE CRÉDITOS	7.1	-175.215	(0,1)	-657.517	(0,2)	(73,4)
AUXILIO INSS		51.479	0,0	54.272	0,0	(5,1)
ADIANTAMENTOS E ANTECIPAÇÕES	8	782.489	0,3	886.225	0,3	(11,7)
DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	9	882.790	0,3	1.633.479	0,5	(46,0)
CRÉDITO - FUNDAÇÃO ELETROS	10	-	-	2.665.562	0,9	(100,0)
OUTROS CRÉDITOS		428.545	0,1	400.304	0,1	7,1
NÃO CIRCULANTE		165.188.713	52,8	166.298.938	55,5	(0,7)
OUTROS ATIVOS NÃO CIRCULANTES		15.691.437	5,0	14.639.466	4,9	7,2
DIREITOS A RECEBER	11	166.260	0,1	-	-	0,0
DEPÓSITOS RECURSAIS	12	10.458.523	3,3	9.572.812	3,2	9,3
TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR	13	5.066.654	1,6	5.066.654	1,7	(0,0)
IMOBILIZADO	14	147.228.508	47,0	149.303.306	49,8	(1,4)
EM OPERAÇÃO		391.794.936	125,2	369.964.824	123,5	5,9
(-) DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS		-255.792.568	(81,7)	-242.905.885	(81,1)	5,3
EM PROCESSAMENTO		9.690.424	3,0	19.685.488	6,6	(50,8)
DIREITO DE USO - ARRENDAMENTO - IFRS 16	16	1.535.716	0,5	2.558.879	0,9	0,0
INTANGÍVEL	15	2.268.768	0,7	2.356.166	0,9	(3,7)
MARCAS E PATENTES		3.761.729	1,2	3.732.442	1,2	0,8
LOGICIAIS		20.713.557	6,6	19.831.278	6,7	4,4
(-) AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS		-22.206.518	(7,1)	-21.207.554	(7,1)	4,7

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis

CENTRO DE PESQUISAS DE ENERGIA ELÉTRICA - CEPEL
Associação Civil sem Fins Lucrativos
CNPJ 42.288.886/0001-60
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
 (Valores expressos em reais)

DESCRIÇÃO	NOTAS	2021	A. V. %	2020	A. V. %	A. H. %
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		312.936.058	100,0	299.536.623	100,0	4,5
CIRCULANTE		54.971.255	17,5	67.380.580	22,5	(18,4)
OBRIGAÇÕES A PAGAR	17	18.819.596	6,0	19.497.752	6,5	(3,5)
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER	18	4.712.090	1,5	5.488.685	1,8	(14,1)
EMPR/FINANCIAMENTOS A PAGAR	19	4.227.032	1,4	3.825.228	1,3	10,5
PROVISÃO PARA O PRÊMIO DE METAS	20	7.566.135	2,4	10.202.028	3,4	(25,8)
PROVISÕES SOBRE A FOLHA DE PAGAMENTO	21	14.555.669	4,7	14.163.080	4,7	2,8
PROVISÃO P/QUITAÇÃO TRABALHISTA		-	0,0	6.394.192	2,1	(100,0)
PROVISÕES - FUNDAÇÃO ELETROS - DOTAÇÃO ADICIONAL	22	392.348	0,1	5.856.787	2,0	(93,3)
PROVISÃO - DESPESAS MÉDICAS (DESLIGADOS)	23	3.062.669	1,0	557.076	0,2	449,8
PASSIVO DE ARRENDAMENTO - IFRS 16	24	1.535.716	0,5	1.395.752	0,5	10,0
RECEITAS ANTECIPADAS	25	100.000	0,0	-	0,0	0,0
NÃO CIRCULANTE		49.697.204	15,9	49.678.333	16,6	0,0
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		49.697.204	15,9	49.678.333	16,6	0,0
EMPR/FINANCIAMENTOS A PAGAR	19	22.568.677	7,2	22.778.437	7,6	(0,9)
OBRIGAÇÕES DE CONVÊNIOS	26	11.882.993	3,8	5.897.917	2,0	101,5
PROVISÕES - FUNDAÇÃO ELETROS	22	2.396.374	0,8	2.191.234	0,7	9,4
PROVISÕES - FUNDAÇÃO ELETROS - DOTAÇÃO ADICIONAL	22	1.617.127	0,5	1.764.230	0,6	(8,3)
PROVISÃO - DESPESAS MÉDICAS (DESLIGADOS)	23	-	0,0	4.745.864	1,6	(100,0)
PROVISÕES P/ CONTINGÊNCIAS	27	11.232.033	3,6	11.137.524	3,7	0,8
PASSIVO DE ARRENDAMENTO - IFRS 16	24	-	0,0	1.163.127	0,4	(100,0)
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		208.267.599	66,6	182.477.710	60,9	14,1
PATRIMÔNIO SOCIAL	28	182.477.710	58,3	151.696.726	50,6	20,3
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO		25.789.889	8,2	30.780.984	10,3	(16,2)

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis

CENTRO DE PESQUISAS DE ENERGIA ELÉTRICA - CEPEL
Associação Civil sem Fins Lucrativos
CNPJ 42.288.886/0001-60
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
 (Valores expressos em reais)

DESCRIÇÃO	NOTAS	2021	A. V. %	2020	A. V. %	A. H. %
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		208.952.137	100,0	227.146.642	100,0	(8,0)
CONTRIBUIÇÃO ESTATUTÁRIA	29	172.235.695	82,4	193.713.488	85,3	(11,1)
ELETOBRAS		80.332.308	38,4	89.258.120	39,3	(10,0)
ASSOCIADOS FUNDADORES		89.258.120	42,7	100.957.880	44,4	(11,6)
ASSOCIADOS ESPECIAIS		2.645.267	1,3	3.497.488	1,5	(24,4)
CONTRIBUIÇÃO COMPLEMENTAR	30	350.000	0,2	-	-	0,0
CONTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA		-	-	3.100.000	1,4	(100,0)
RECEITAS DE CONVÊNIOS (RESTRITAS)	31	265.007	0,1	44.818	0,0	0,0
RECEITA DE ROYALTIES	32	33.000	0,0	-	-	0,0
SERVIÇOS PRESTADOS	33	36.068.435	17,3	30.288.336	13,3	19,1
DESPEAS OPERACIONAIS		184.804.400	100,0	197.330.842	100,0	(6,3)
PESSOAL PERMANENTE	34	115.198.786	62,3	134.725.641	68,3	(14,5)
SERVIÇOS DE TERCEIROS	35	23.545.016	12,7	20.343.354	10,3	15,7
DESPEAS GERAIS	36	27.995.523	15,1	25.326.347	12,8	10,5
DESPEAS TRIBUTÁRIAS	37	781.632	0,4	724.535	0,4	7,9
DEPRECIações, AMORTIZAções E REALIZAçóE DE DIREITO DE USO		17.018.436	9,2	16.166.147	8,2	5,3
DESPEAS DE CONVÊNIOS (RESTRITAS)	31	265.007	0,1	44.818	0,0	0,0
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		24.147.737	11,6	29.815.800	13,1	(19,0)
RECEITAS FINANCEIRAS		3.528.920	1,7	3.269.284	1,4	7,9
JUROS/DESCONTOS		8.460	0,0	23.730	0,0	(64,3)
RENDIMENTOS DE APLICAçóES FINANCEIRAS		3.376.379	1,6	2.874.017	1,3	17,5
VARIAçóE CAMBIAL		54.086	0,0	233.320	0,1	(76,8)
VARIAçóE MONETÁRIA		4.552	0,0	138.087	0,1	(96,7)
OUTRAS RECEITAS FINANCEIRAS		85.442	0,0	130	0,0	65.543,8
DESPEAS FINANCEIRAS		3.560.321	1,7	2.308.315	1,1	54,2
JUROS PAGOS OU INCORRIDOS		-	0,0	77.040	0,0	(100,0)
VARIAçóE CAMBIAL		15.788	0,0	69.404	0,0	(77,3)
VARIAçóE MONETÁRIA		3.492.566	1,7	2.085.652	0,9	67,5
DESPEAS BANCÁRIAS		47.261	0,0	69.564	0,0	(32,1)
OUTRAS DESPEAS FINANCEIRAS		4.705	0,0	6.656	0,0	(29,3)
RESULTADO FINANCEIRO		-31.401	(0,0)	960.969	0,4	(103,3)
OUTRAS RECEITAS/DESPEAS		1.673.553	0,8	4.215	0,0	39.605,0
RESULTADO DE CONVÊNIOS NO EXERCÍCIO (RESTRITO)		-		-		
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO		25.789.889	12,3	30.780.984	13,6	(16,2)

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis

CENTRO DE PESQUISAS DE ENERGIA ELÉTRICA - CEPEL
Associação Civil sem Fins Lucrativos
CNPJ 42.288.886/0001-60
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
 (Valores expressos em reais)

DESCRIÇÃO	NOTAS	2021	A. V. %	2020	A. V. %	A. H. %
SUPERAVIT DO PERÍODO		25.789.889	0,0	30.780.984	0,0	(16,2)
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES		-	0,0	-	0,0	0,0
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE NO PERÍODO		25.789.889	100,0	30.780.984	100,0	(16,2)

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis

CENTRO DE PESQUISAS DE ENERGIA ELÉTRICA - CEPEL

Associação Civil sem Fins Lucrativos

CNPJ 42.288.886/0001-60

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2021
(Valores expressos em reais)

COMPONENTES	PATRIMÔNIO SOCIAL	SUPERÁVIT / DÉFICIT ACUMULADO	TOTAL
SALDOS EM 31.12.2019	164.161.070	-24.624.660	139.536.410
Absorção do Déficit ao Patrimônio Social	-24.624.660	24.624.660	-
Ajuste de Exercícios Anteriores	10.317.854		10.317.854
Doação de Bens incorporada ao Patrimônio	1.842.462		1.842.462
Superávit do Exercício	-	30.780.984	30.780.984
SALDOS EM 31.12.2020	151.696.726	30.780.984	182.477.710

COMPONENTES	PATRIMÔNIO SOCIAL	SUPERÁVIT / DÉFICIT ACUMULADO	TOTAL
SALDOS EM 31.12.2020	151.696.726	30.780.984	182.477.710
Absorção do Superávit ao Patrimônio Social	30.780.984	-30.780.984	-
Superávit do Exercício	-	25.789.889	25.789.889
SALDOS EM 31.12.2021	182.477.710	25.789.889	208.267.599

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis

CENTRO DE PESQUISAS DE ENERGIA ELÉTRICA - CEPEL
Associação Civil sem Fins Lucrativos
CNPJ 42.288.886/0001-60
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Valores expressos em reais)

DESCRIÇÃO	2021	2020
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit do exercício	25.789.889	30.780.984
Ajustes para reconciliar o superavit do período com o caixa gerado pelas operações:		
Depreciação e amortização	15.324.612	14.792.714
Realização do Direito de Uso	1.693.823	1.039.520
Variações monetárias líquidas	2.598.881	2.085.309
Baixa de bens do ativo	56.047	19.099
Provisão/Reversão para contingências	-25.675	678.853
Provisão/Reversão para créditos de liquidação duvidosa	-482.302	-129.448
Sub total	44.955.275	49.267.031
Aumento (Redução) de Ativos:		
Recursos vinculados	-545.931	-4.641.401
Contas a receber	-4.700.381	1.767.270
Adiantamentos e antecipações	103.736	519.989
Depósitos Judiciais	-765.528	-525.201
Despesas pagas antecipadamente	750.690	-636.016
Outros créditos	-191.709	-3.991
	-5.349.123	-3.519.350
Aumento (Redução) de Passivos:		
Obrigações a pagar	-578.154	807.994
Tributos a Recolher	-776.595	1.796.199
Provisões sobre a Folha de Pagamento	-2.243.305	4.368.830
Pagamento (obtenção) de Empréstimos e Financiamentos	-6.892.102	-1.702.317
Planos de Desligamento	-8.634.463	-4.519.003
Passivo de Arrendamento	-1.693.823	-1.039.520
Obrigações a pagar - Eletros	1.744.424	2.830.275
	-19.074.018	2.542.458
Caixa líquido consumido (gerado) pelas atividades operacionais:	20.532.134	48.290.139
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Passivo de convênios	5.985.076	4.641.009
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento:	5.985.076	4.641.009
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisição de bens do ativo imobilizado e intangível	-14.241.626	-12.548.000
Caixa líquido consumido (gerado) pelas atividades de investimento:	-14.241.626	-12.548.000
Aumento (redução) líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	12.275.584	40.383.148
Caixa e Equivalentes de Caixa no início do exercício	119.765.596	79.382.448
Caixa e Equivalentes de Caixa no final do exercício	132.041.180	119.765.596
	12.275.584	40.383.148

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis

CENTRO DE PESQUISAS DE ENERGIA ELÉTRICA - CEPEL
Associação Civil sem Fins Lucrativos
CNPJ 42.288.886/0001-60
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Valores expressos em reais)

DESCRIÇÃO	2021	2020
RECEITAS	211.861.507	228.136.033
Contribuições Estatutárias	172.235.695	193.713.488
Contribuição Complementar	350.000	-
Contribuições Extraordinárias	-	3.100.000
Royalties	33.000	-
Serviços Prestados	36.951.722	31.094.321
Provisão para Devedores Duvidosos / Reversão	482.302	129.448
Receitas Diversas	1.808.788	98.776
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	51.617.788	44.650.536
Serviços de Terceiros	23.545.016	20.343.354
Materiais	1.470.412	1.232.348
Viagens	248.307	149.976
Conservação e Limpeza	5.103.158	3.800.001
Segurança	1.925.745	2.159.853
Reprodução e Cópias	104.760	289.648
Transporte	3.901.411	2.844.090
Copa e Restaurante	-	83.955
Energia Elétrica	4.446.136	4.173.846
Telefone, Água e Outros Serviços Públicos	1.029.042	1.151.930
Manutenção e Reparos	7.368.391	6.965.626
Biblioteca	973.326	688.433
Condução e Refeição	33.134	50.086
Congressos, Cursos e Seminários	135.638	50.614
Despesas de Importação	-	19
Despesas Legais e Judiciais	5.712	36.171
Contribuições Institucionais	95.986	49.354
Publicidade Legal	48.110	46.692
Outras Indenizações	776.536	177.768
Despesas Diversas	406.968	356.771
VALOR ADICIONADO BRUTO	160.243.719	183.485.497
RETENÇÕES	14.972.913	23.239.191
Depreciações, Amortizações e Realizações de Direito de Uso	17.018.436	16.166.147
Provisões para Contingências / Reversões	-25.675	678.853
Provisão p/Quitações Trabalhistas / Reversão	-2.019.848	6.394.192
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	145.270.805	160.246.306
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	3.528.920	3.269.284
Receitas Financeiras	3.528.920	3.269.284
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	148.799.725	163.515.590
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	148.799.725	163.515.590
Pessoal - Remunerações	72.866.811	85.158.796
Pessoal - Benefícios Sociais	21.408.759	20.855.834
Pessoal - Encargos Sociais	22.943.064	22.316.819
Impostos, Taxas e Contribuições	1.664.919	1.530.519
Aluguéis e Seguros	565.962	564.322
Despesas Financeiras	3.560.321	2.308.315
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO	25.789.889	30.780.984

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis

CENTRO DE PESQUISAS DE ENERGIA ELÉTRICA – CEPEL
Associação Civil sem Fins Lucrativos
CNPJ 42.288.886/0001-60
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Valores expressos em reais)

NOTA 1 – OBJETIVO DA ASSOCIAÇÃO

O Centro de Pesquisas de Energia Elétrica – CEPEL é uma Associação Civil sem Fins Lucrativos, que tem por objetivo promover uma infraestrutura científica e de pesquisa visando ao desenvolvimento no País de tecnologia avançada no campo dos sistemas e equipamentos elétricos.

A Associação foi constituída em 17 de janeiro de 1974, respaldada na Resolução Eletrobras nº 950/73 de 27 de novembro de 1973 e Deliberação Eletrobras nº 190/73 de 14 de dezembro de 1973. A Associação tem como sede a cidade do Rio de Janeiro, sendo sua duração por tempo indeterminado.

NOTA 2 – BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações contábeis estão definidas a seguir. As políticas foram aplicadas em consistência com todos os períodos apresentados. A autorização para conclusão da preparação destas demonstrações contábeis pela Administração ocorreu em 21 de março de 2022.

2.1 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS:

2.1.1 - DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Resolução do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) nº 1.409/12, que aprovou a ITG 2002 (R1) – Entidades sem finalidades de lucros.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

2.1.2 - BASE DE MENSURAÇÃO

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando aplicável a mensuração de ativos ao valor justo.

NOTA 3 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1 - MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Associação e, também, a sua moeda de apresentação.

3.2 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro disponível em depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, os quais são prontamente conversíveis em um montante conhecido disponível e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

3.3 – RECURSOS VINCULADOS

Trata-se de recursos em aplicações financeiras demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos até a data do balanço, tendo como contrapartida a conta do respectivo Convênio no Passivo Não Circulante. Essas aplicações, embora de liquidez imediata, têm sua movimentação restrita, estando relacionadas com os projetos executados.

3.4 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Ativos Financeiros

Instrumentos financeiros incluem caixa e equivalente de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, outros recebíveis, fornecedores, empréstimos e financiamentos e outras contas a pagar.

Os instrumentos financeiros foram reconhecidos de acordo com a NBC TG 48 (IFRS 09) - Instrumentos financeiros, adotados pela Associação em 01 de janeiro de 2018, conforme deliberação CVM 763/16.

O reconhecimento inicial desses ativos e passivos financeiros são efetuados quando a Associação se torna parte de disposições contratuais dos instrumentos e são reconhecidos a valor justo acrescidos, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo por meio de resultado, por quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Após o reconhecimento inicial, a Associação classifica os ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao:

- Custo amortizado: quando os ativos financeiros são mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais e os termos contratuais desses ativos devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto;
- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): quando os ativos financeiros são mantidos tanto com o objetivo de receber fluxos de caixa contratuais, quanto pela venda desses ativos financeiros. Além disto, os termos contratuais devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto;
- Valor justo por meio do resultado (VJR): quando os ativos financeiros não são mensurados pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou quando são designados como tal no

reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados a mensuração pelo valor justo por meio do resultado quando a Associação gerencia e toma as decisões de compra e venda de tais investimentos, com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Associação. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos, bem como os resultados de suas flutuações no valor justo.

Os Passivos Financeiros não derivativos são mensurados ao:

- Valor justo por meio de resultado: quando classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado são mensurados ao valor justo e mudanças no valor justo desses passivos, incluindo ganhos com juros, são reconhecidos no resultado do exercício;
- Custo amortizado: passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido, desde que não seja um item mensurado ao valor justo por meio de resultado, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

3.5 – CONTAS A RECEBER

As Contas a Receber são reconhecidas pelo valor justo, e, quando aplicável, ajustadas ao seu valor presente, em conformidade com a NBC TG 12 (Deliberação CVM 564/08) – Ajuste a Valor Presente.

As perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização desses valores, sendo apurada em bases individuais e considerando em suas premissas o conceito de perdas de crédito esperadas, conforme introduzido pela NBC TG 48 (IFRS 9) - Instrumentos Financeiros.

3.6 - IMOBILIZADO

Os bens do imobilizado estão demonstrados no balanço patrimonial pelo custo de aquisição, menos o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. As taxas utilizadas são estabelecidas em função do tempo de vida útil fixado por espécie de bem, com base na legislação vigente, conforme segue:

Descrição	Anos
Edificações	25
Móveis e Utensílios	10
Máquinas e Equipamentos	10
Veículos	5
Equipamentos de Informática	5

3.7 - INTANGÍVEL

É avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável.

Os softwares possuem vida útil definida e são amortizados no prazo de cinco anos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

3.8 – DIREITO DE USO E ARRENDAMENTO FINANCEIRO

A Associação avalia na data do início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado, por certo período de tempo, em troca de contraprestação.

Arrendatário

A Associação aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para o arrendamento. A Associação reconhece os passivos do arrendamento para efetuar pagamentos e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Ativos de direito de uso

A Associação reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de perdas por redução ao valor recuperável, e ajustado por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos.

Passivo de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Associação reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos ou pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

3.9 – FORNECEDORES E OBRIGAÇÕES A PAGAR

As contas a pagar a Fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal das atividades, sendo reconhecidas pelo valor da fatura ou do contrato correspondente. As referidas contas a pagar são classificadas como Passivos Circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas no Passivo Não Circulante.

3.10 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os Financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor contratado, e são, subsequentemente, demonstrados pelo valor de custo amortizado. A metodologia do cálculo para cada financiamento segue as condições particulares de cada contrato, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As taxas e tributos pagos para contratação do financiamento são reconhecidas como custos da transação, e são registrados na rubrica despesas financeiras pela taxa efetiva de juros.

A Administração controla mensalmente os saldos de cada dívida através de controles gerenciais, no qual atualiza os indicadores financeiros conforme acordado em cada contrato.

Empréstimos e Financiamentos são classificados no passivo circulante exceto pelas parcelas que podem incondicionalmente ser liquidadas após doze meses da data de encerramento das Demonstrações Financeiras.

3.11 – PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

As provisões são reconhecidas quando a Associação tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

As provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas são registradas pelo montante das perdas prováveis, observada a natureza de cada provisão.

As provisões, quando constituídas, são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa.

3.12 – DEMAIS PASSIVOS CIRCULANTES

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e variações monetárias incorridos.

3.13 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Constituído pelo Patrimônio Social da Associação, acrescido ou diminuído do superávit/déficit apurado em cada exercício.

3.14 – APURAÇÃO DO RESULTADO

As receitas e as despesas são reconhecidas de acordo com o princípio contábil da competência. As contribuições são reconhecidas quando do efetivo recebimento dos recursos.

3.15 – ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

A elaboração das Demonstrações Contábeis em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração faça julgamentos e adote premissas e estimativas que afetam a aplicação das práticas contábeis e os montantes divulgados de ativos, passivos, receitas e despesas. Essas estimativas e premissas baseiam-se na experiência histórica e em diversos outros fatores que se supõem serem razoáveis em virtude das circunstâncias.

3.16 – RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Um dos objetivos descritos nos Estatutos da Associação é o da Prestação de Serviços especializados para os Associados e outros clientes públicos ou privados. As Receitas relativas às Prestações de Serviços referem-se aos serviços de desenvolvimento de projetos e ensaios laboratoriais, além de treinamentos e certificações no campo das Pesquisas, Desenvolvimento e Inovação, com a emissão das respectivas notas fiscais de Serviços Prestados.

3.17 – RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES ESTATUTÁRIAS

Referem-se aos valores recebidos dos Associados Fundadores e Associados Especiais, definidos pelo Conselho Deliberativo da Associação para, juntamente com a Receita da Prestação de Serviços, financiar as suas atividades.

3.18 – ALTERAÇÕES DA LEI Nº 9249/95:

A referida Lei, em seu art. 4º, veda a utilização da correção monetária a partir de exercício de 1996, inclusive para fins societários. Sendo assim, as informações estão apresentadas pela legislação societária, comparativamente com o exercício anterior, a valores históricos.

3.19 – ISENÇÕES:

O Centro de Pesquisas de Energia Elétrica – CEPEL é beneficiado pelos seguintes dispositivos legais:

Imposto de Renda:

Ato Declaratório nº 26 de 10/03/1976 – Receita Federal:

“Declara isenta do pagamento do Imposto de Renda o Centro de Pesquisas de Energia Elétrica – CEPEL, com endereço na Cidade Universitária – Ilha do Fundão, nesta capital, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes sob o número 42.288.886/0001-60, ficando a continuidade do favor fiscal condicionada no cumprimento das formalidades e obrigações constantes da Portaria Ministerial número GB-337 de 02 de setembro de 1969, e da Instrução Normativa número 2 de 12 de setembro de 1969 da Secretaria da Receita Federal”

Artigos 15 e 18 da Lei nº 9532/97:

“Consideram isentas as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural e científico e as associações civis que prestem os serviços para os quais houverem sido constituídas e os coloquem à disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos”

Imposto sobre Importação e Produtos Industrializados:

Lei Federal nº 8010/90:

“Art. 1º - São isentas dos impostos de importações e sobre produtos industrializados e do adicional ao frete para a renovação da Marinha Mercante as importações de máquinas, equipamentos, aparelhos e instrumentos, bem como suas partes e peças de reposição, acessórios, matérias-primas e produtos intermediários, destinados a pesquisa científica e tecnológica. § 2º O disposto neste artigo aplica-se somente às importações realizadas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), e por entidades sem fins lucrativos no fomento, na coordenação ou na execução de programas de pesquisa científica e tecnológica ou de ensino, devidamente credenciadas pelo CNPq”

Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços:

Convênio 104/89:

“Autoriza os Estados e o Distrito Federal a conceder isenção na importação de aparelhos, máquinas, equipamentos e instrumentos médico-hospitalares ou técnico-científicos laboratoriais, sem similar nacional, por órgãos ou entidades da administração pública, direta ou indireta, bem como fundações ou entidades beneficentes ou de assistência social, que preencham os requisitos previstos no art. 14 do Código Tributário Nacional”

3.20 – ALÍQUOTAS DIFERENCIADAS:

O Centro de Pesquisas de Energia Elétrica – CEPEL é beneficiado com alíquotas diferenciadas relativamente aos seguintes impostos e contribuições:

Imposto sobre Serviços:

Lei Complementar nº 116/2003 e Decreto Municipal nº 23753 de 02 de dezembro de 2003, do município do Rio de Janeiro:

“Art. 19 – O imposto será calculado aplicando-se sobre a base de cálculo as seguintes alíquotas: II – Alíquota específica: item 8 – Serviços prestados por instituições que se dediquem, exclusivamente, a pesquisa e gestão de projetos científicos e tecnológicos, por empresas juniores e empresas de base tecnológica instaladas em incubadoras de empresas: 2%”

Programa de Integração Social:

Medida Provisória nº 2158-35 de 2001, Art. 13 e 14; Decreto nº 4524 de 17/12/2002, Art. 9º, IV; e Decreto nº 5442 de 09/05/2005, Art. 1º:

“São contribuintes do PIS/PASEP incidente sobre a folha de pagamento de salários as associações civis que preencham as condições e requisitos do art. 15 da Lei nº 9532, de 1997. Essas entidades não são contribuintes do PIS incidente sobre o faturamento”.

Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social:

Lei nº 9718 de 1998, Art. 3º; Medida Provisória nº 2158-35 de 2001, Art. 13 e 14; Decreto nº 4524 de 17/12/2002, Art. 9º e 46, II; e Decreto nº 5442 de 09/05/2005, Art. 1º:

“A contribuição não incide sobre as receitas relativas às atividades próprias das associações civis sem fins lucrativos, assim consideradas somente aquelas decorrentes de contribuições, doações, anuidades ou mensalidades fixadas por lei, assembleia ou estatuto, recebidas de associados ou mantenedores, sem caráter contraprestacional direto, destinadas aos seus custeios e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais. Há incidência sobre os rendimentos e ganhos de capital auferidos em aplicações financeiras de renda fixa ou de renda variável por essas pessoas jurídicas”

NOTA 4 – PROVIDÊNCIAS PARA ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA DO COVID-19

A Direção da Associação segue atenta às providências de enfrentamento da pandemia da Covid-19, e, através da equipe do Serviços de Saúde, vem acompanhando o ritmo da imunização dos colaboradores; além de acompanhar a evolução dos indicadores disponibilizados pelos órgãos de saúde do Estado do Rio de Janeiro e das Prefeituras Municipais onde tem instaladas suas unidades, buscando manter a normalidade de suas atividades.

A Direção, também, tem reforçado a necessidade dos colaboradores continuarem seguindo as medidas preventivas (higiene; descarte de máscaras e outros resíduos; respeito à sinalização; cuidados com equipamentos e instalações; distanciamento social, dentre outras) para a sua própria segurança e a de sua comunidade. E segue lembrando que o questionário de saúde é um grande aliado contra a disseminação do Covid-19 e destacando que somente os colaboradores assintomáticos devem se dirigir às instalações do Centro. Qualquer sintoma relacionado à Covid-19 deve ser, imediatamente, reportado à equipe de Saúde.

Outra importante providência é a divulgação do Boletim Epidemiológico, onde são informados, semanalmente, todos os dados referentes aos Colaboradores do Centro (efetivos, terceirizados, prestadores de serviços e estagiários) no tocante a evolução da pandemia dentro do ambiente de trabalho.

A Direção da Associação também tem orientado os colaboradores a informar ao Serviço de Saúde, imediatamente, quando estiverem participando do Programa Nacional de Imunização – PNI para a vacinação contra o Covid-19. Os colaboradores deverão enviar cópia digitalizada dos comprovantes de vacinação da primeira, segunda doses e a dose de reforço. O serviço de Saúde tem monitorado a situação dos colaboradores e orientou à Direção quanto ao retorno ao trabalho presencial a partir de 01 de dezembro de 2021.

NOTA 5 – DISPONIBILIDADES

	Dezembro/2021	Dezembro/2020
Banco do Brasil	135.791	123.543
Caixa Econômica Federal	46.500	47.365
Bradesco	28.335	573
Bancos conta movimento	210.626	171.481
Aplicações Financeiras	131.830.555	119.594.115
Total	132.041.181	119.765.596

Os recursos disponíveis da Associação são mantidos, principalmente, depositados no Banco do Brasil. Uma pequena parcela deles fica depositado em outros bancos para facilitar o recolhimento de taxas e tributos estaduais e municipais.

As aplicações financeiras da Associação seguem em Fundo Extramercado do Banco do Brasil. O Fundo Extramercado, de liquidez imediata, tem como meta a rentabilidade em função da taxa referencial média do Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC.

NOTA 6 – RECURSOS VINCULADOS

	Dezembro/2021	Dezembro/2020
Recursos MME	141.380	138.628
Recursos Eletrobras	4.836.121	4.348.373
Recursos CHESF	347.945	292.514
Total	5.325.446	4.779.515

Os recursos vinculados aos Convênios, celebrados pela Associação com o MME e Associados, estão registrados em contas bancárias e aplicações financeiras específicas, sendo a relativa ao Convênio com o MME administrada pelo próprio MME, e os da Eletrobras e CHESF aplicados em Caderneta de Poupança.

NOTA 7 – CONTAS A RECEBER

A composição das Contas a Receber está assim representada, classificadas em Vencidas e a Vencer:

	Até 30 dias	de 31 a 60 dias	de 61 a 90 dias	de 91 a 180 dias	acima de 180 dias	Total Vencidos	a vencer	Dezembro/2021
								Total
CONTRIBUIÇÕES								
Sócios Especiais	-	-	-	-	-	-	100.000	100.000
Subtotal	-	-	-	-	-	-	100.000	100.000
SERVIÇOS PRESTADOS	39.108	215.920	-	-	175.215	430.244	7.893.890	8.324.134
Ajuste a Valor Presente								-13.504
Total	39.107	215.920	-	-	175.215	430.243	7.993.890	8.410.630

Ajuste a Valor Presente

A fim de atender ao Pronunciamento CPC 12, a Associação procedeu ao Ajuste a Valor Presente do seu Contas a Receber, relativamente a seus títulos cujo vencimento ocorrerão em sessenta dias ou mais. Para efetuar o desconto foi utilizada a taxa de 9,25%.

Para efeito comparativo, as Contas a Receber em dezembro/2020 foram assim representadas:

	Até 30 dias	de 31 a 60 dias	de 61 a 90 dias	de 91 a 180 dias	acima de 180 dias	Total Vencidos	a vencer	Dezembro/2020
								Total
CONTRIBUIÇÕES								
Sócios Especiais	-	-	-	-	17.958	17.958	-	17.958
Subtotal	-	-	-	-	17.958	17.958	-	17.958
SERVIÇOS PRESTADOS	67.050	1.410	1.950	3.600	639.559	713.569	2.978.723	3.692.291
Total	67.050	1.410	1.950	3.600	657.517	731.527	2.978.723	3.710.249

7.1 – PROVISÃO PARA PERDAS NO RECEBIMENTO DE CRÉDITOS:

Encontram-se registrados em conta de Provisão para Perdas no Recebimento de Créditos, os valores de **R\$ 175.215** em 31/12/2021 e **R\$ 657.517** em 31/12/2020, conforme relação abaixo.

A provisão para perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa é constituída pela administração da Associação sobre os créditos que se encontram em atraso há mais de 180 dias, efetuando análise individualizada sobre o saldo a receber de cada cliente.

Conforme o procedimento de Cobrança de Devedores, aprovado em 29/07/2019, os títulos em atraso são objeto de cobrança administrativa até sessenta dias após o vencimento. Esgotado este prazo, os títulos poderão ser enviados a Assessoria Jurídica para iniciar processo de cobrança por via judicial.

A seguir, a relação dos clientes com os valores provisionados para perdas esperadas:

	Dezembro/2021	Dezembro/2020
ALLTEX EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS	8.141	19.487
BEGHIM INDUSTRIA E COMÉRCIO	17.620	17.620
BREE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA S.A	-	3.241
CELESC GERAÇÃO S/A	1.408	1.408
CELPE	-	17.958
COELBA - CIA DE ELETRICIDADE DA BAHIA	166	166
COLD LED LIGHT INDUSTRIA COMÉRCIO E SERVIÇOS	6.390	6.390
COOPER CAPRI SAS	4.760	4.760
DETCO INCORPORATED	-	5.031
DOOZY TECHNOLOGIES	-	26.640

EFACEC DO BRASIL LTDA	54.000	54.000
ELETRÔ E CONSTRUÇÃO REMET	7.671	14.207
ELETROPAULO METROPOLITANA ELET SAO PAULO	-	5.280
ENEVA COMERCIALIZADORA DE ENERGIA	-	50
EQUATORIAL PARÁ	-	30.412
FADESP	-	1.744
FAW7 SERVIÇOS ELÉTRICOS	250	250
GAI-TRONICS	-	5.277
GLAMOX ASA	-	5.640
GRID SOLUTIONS	4.900	4.900
HBR EQUIPAMENTOS	-	30.723
HUBBELL LIMITED	-	8.004
HUBBELL LTDA	-	23.506
INDUSOFT SISTEMAS LTDA	-	12.200
INSIGHT LIGHT DO BRASIL	-	6.296
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO	-	39.514
LEANDRO REIS LIDIZIO	510	510
LEMAG	24.747	24.747
LINHAS DE MACAPÁ TRANSMISSORA DE ENERGIA	-	2.362
LINHAS DE XINGU TRANSMISSORA	-	2.362
METALSINTER INDUSTRIA E COMÉRCIO	-	10.370
MINISTÉRIO DA ECONOMIA	-	11.627
MINISTÉRIO DE MINAS E ENRGIA	-	4.700
MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO	-	26.069
NORTE ENERGIA S.A	1.200	1.200
NOVA IAS AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL LTDA	-	3.412
OPERADOR NACIONAL DO SISTEMA ELÉTRICO	-	11.447
PETROBRAS PETROLEO BRASILEIRO SA	-	11.251
PETROENGE	2.454	2.454
RAE SYSTEMS	13.300	13.300
REPROEL S.A	-	17.890
RIBEIRÃO PRETO	2.225	2.225
S.P.T.F.	87	87
SATURNO MONTAGENS ELETRICAS LTDA	5.932	5.932
SCOTT SAFETY	-	4.840
STAR METALÚRGICA	15.834	15.834
STD SISTEMAS TÉCNICOS DIGITAIS	-	103.950
TAP MANUTENÇÃO E ENGENHARIA	3.550	3.550
TECMON MONTAGENS TÉCNICAS	-	4.200
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO	70	70
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO	-	28.425
TOTAL	175.215	657.517

NOTA 8 – ADIANTAMENTOS E ANTECIPAÇÕES

	Dezembro/2021	Dezembro/2020
Adiantamentos p/despesas e viagens	30.549	23.079
Adiantamentos de Férias	733.991	793.891
Outros Adiantamentos	17.949	69.255
Total	782.489	886.225

NOTA 9 – DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE

A Associação mantém registradas, neste grupo de contas, as despesas que serão apropriadas em competências subsequentes.

	Dezembro/2021	Dezembro/2020
Prêmios de Seguros	216.380	424.584
Assinaturas e Anuidades	52.124	743.644
Alugueis	614.286	465.251
Total	882.790	1.633.479

NOTA 10 – CRÉDITO – FUNDAÇÃO ELETROS

A revisão do equacionamento do déficit atuarial relativo a 2011 do Plano BD gerou um crédito, a favor da Associação ante a Fundação Eletros, que passou a ser utilizado no exercício passado para quitação das parcelas das Contribuições Extraordinárias II e III vencidas desde aquele período, e se extinguiu neste exercício.

Saldo em 31/12/2020:	2.665.562
Atualizações Monetárias em 2021:	111.865
Quitação das parcelas 12 a 20 da Contribuição Extraordinária II:	-2.106.585
Quitação das parcelas 12 a 20 da Contribuição Extraordinária III:	-670.842
Saldo em 31/12/2021:	0

NOTA 11 – DIREITOS A RECEBER

A Associação contratou, neste exercício, a aquisição de energia elétrica em ambiente de contratação livre junto a Lightcom Comercializadora de Energia S.A, para suprimento de sua unidade consumidora na Ilha do Fundão. Tal contratação tem por objetivo a redução dos custos com o consumo de energia elétrica. Por ocasião da celebração do instrumento contratual, a Associação efetuou um depósito em garantia do contrato no valor de **R\$ 166.260**, que será restituído ao final do contrato, atualizado pelo IPCA.

NOTA 12 – DEPÓSITOS RECURSAIS

Em decorrência das contestações aos processos trabalhistas e fiscais enfrentados pela Associação, estão mantidos depositados os seguintes valores a título de Depósitos Recursais, que estão apresentados em rubrica própria no Ativo Não Circulante, conforme abaixo:

	Dezembro/2021	Dezembro/2020
Depósitos Recursais	10.458.523	9.572.812

Tais valores são objeto de permanente acompanhamento pela Atividade de Consultoria Jurídica e pelo Departamento de Gestão Financeira da Associação.

NOTA 13 – TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

O valor de **R\$ 5.060.373**, que compõe este título do Ativo não circulante em 31/12/2021 e em 31/12/2020, refere-se a COFINS recolhida conservadoramente a maior no período de fevereiro a junho de 1999, tendo em vista expediente da SRRF/7ª RF nº 2/2/99. O Processo Administrativo, em que a Associação requer o reconhecimento dos créditos relativos aos recolhimentos efetuados a maior, obteve êxito ante o CARF – Conselho Administrativo de Recursos Fiscais da SRF.

Em outubro de 2018, a Associação protocolou, junto a SRF, uma solicitação requerendo a restituição do valor acima citado.

A Direção da Associação, adotando posição de prudência, resolveu não aplicar a atualização do seu crédito, optando por registrá-la por ocasião da efetiva restituição daqueles valores.

Já o valor de **R\$ 6.281**, que complementa o montante, trata-se de Pedido de Compensação de recolhimento indevido. O processo segue aguardando conclusão.

NOTA 14 – ATIVO IMOBILIZADO

	Dezembro/2021	Dezembro/2020
IMOBILIZADO EM OPERAÇÃO	391.794.936	369.964.824
Terrenos	409.424	409.424
Edificações	126.946.324	121.938.628
Máquinas e Equipamentos	261.237.886	244.593.225
Móveis e Utensílios	2.618.922	2.441.167
Veículos	582.380	582.380
DIREITO DE USO - ARRENDAMENTO - IFRS 16	1.535.716	2.558.878
IMOBILIZADO EM ANDAMENTO	9.690.424	19.685.489
Total	403.021.076	392.209.191
(-) Depreciações	-255.792.568	-242.905.885
ATIVO IMOBILIZADO LÍQUIDO	147.228.508	149.303.306

Redução do Valor Recuperável do Ativo Imobilizado

A administração da Associação, amparada por parecer técnico emitido por Consultoria Jurídica independente, resolveu não aplicar os testes de recuperabilidade de seu Ativo Imobilizado, por entender que a constituição jurídica da Associação e a natureza de seus ativos não são qualificáveis como estando no escopo do Pronunciamento CPC 01.

O referido Parecer, que amparou a decisão da administração da Associação, foi convalidado por novo parecer emitido, recentemente, por outra Consultoria Jurídica Independente, que entende que as premissas para a não aplicação dos testes de recuperabilidade seguem inalteradas e robustas.

NOTA 15 – ATIVO INTANGÍVEL

	Dezembro/2021	Dezembro/2020
Marcas e Patentes	3.761.729	3.732.442
Logiciais (Software)	20.713.557	19.831.278
Total	24.475.286	23.563.720
(-)Amortizações	-22.206.518	-21.207.554
ATIVO INTANGÍVEL LÍQUIDO	2.268.768	2.356.166

NOTA 16 – DIREITO DE USO

	Dezembro/2021	Dezembro/2020
Direito de Uso - IFRS 16	1.535.716	2.558.879
Passivo de Arrendamento - IFRS 16 (Circulante)	-1.535.716	-1.395.752
Passivo de Arrendamento - IFRS 16 (Não Circulante)	0	-1.163.127

Direito de Uso de Bens em Arrendamento

Em atendimento ao IFRS 16, foi emitido o Pronunciamento Contábil CPC 06 (R2) com a finalidade de orientar o registro dos contratos de arrendamento de bens. Ficou estabelecido que as entidades devem registrar em seus Ativos o Direito de Uso do bem arrendado, e nos seus Passivos as obrigações decorrentes do arrendamento.

Para a aplicação da norma, foi estabelecido um diagnóstico, desenvolvido pelos profissionais da Associação, com a finalidade de identificar as situações aderentes.

A Associação mantém contrato de cessão de uso do terreno onde está instalada sua sede na Ilha do Fundão – Cidade Universitária, no Rio de Janeiro, junto a Universidade Federal do Rio de Janeiro, conforme informado na Nota 41 destas Notas Explicativas. Tal contrato foi firmado com o Associado Fundador Eletrobras e, posteriormente, sub-rogado, em todos seus direitos e obrigações, à Associação.

Os termos do referido contrato indicam situação de arrendamento, ainda que estejam vedadas possibilidades de alienação do bem arrendado. A vigência do contrato, de cinquenta anos, conforme estabelecido na cláusula segunda, se encerra em novembro de 2022. A prorrogação, por igual período, está prevista, a partir do ajuste de ambas as partes no prazo de um ano antes do final da vigência do Contrato. Os entendimentos, neste sentido, entre a Direção da Associação e a Universidade, já estão em andamento.

	Dezembro/2021	Dezembro/2020
Direito de Uso - IFRS 16 (no início do exercício)	2.558.879	3.925.453
Realização do Direito de Uso no exercício	-1.693.824	-1.022.635
Reajuste do Direito de Uso no exercício	670.661	-
Direito de Uso - IFRS 16 no exercício	1.535.716	2.902.818

NOTA 17 – OBRIGAÇÕES A PAGAR

As Obrigações Circulantes da Associação estão assim classificadas:

	Dezembro/2021	Dezembro/2020
Fornecedores	7.469.940	7.084.288
Salários a Pagar	5.274.717	3.107.444
Encargos Sociais	3.293.773	4.811.411
Pensões Judiciais	83.642	57.677
Contribuições/Repasse Eletros	2.100.301	3.979.775
Outras Contas a Pagar	597.223	457.157
Total	18.819.596	19.497.752

NOTA 18 – IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

Os Impostos e Contribuições a Recolher da Associação têm a seguinte composição:

	Dezembro/2021	Dezembro/2020
Imp. de Renda retido na fonte - Folha Pagto	3.707.176	4.640.020
Imposto s/Serviços próprio	190.664	77.978
COFINS própria	34.602	11.996
Imposto s/Serviços retido na fonte	113.011	119.184
INSS retido na fonte	309.726	301.214
Imp. e Contribuições retidos na fonte	356.911	338.293
Total	4.712.090	5.488.685

NOTA 19 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A Associação tem celebrado com a Fundação Eletros os seguintes Termos de Compromisso:

CONTRATO	PRAZO	VALOR	
		CONTRATADO	MOEDA
Contribuição Extraordinária II	2020/2034	774.636	URE *
Contribuição Extraordinária III	2020/2035	315.889	URE *

*URE (Unidade de Referência da Eletros)

Os Termos de Compromisso das Contribuições Extraordinárias II e III foram contratadas pela quantidade de URE's, e são atualizados conforme a variação da unidade de referência. As parcelas que estavam sendo abatidas do crédito obtido junto a Eletros, na revisão do equacionamento do déficit de 2011, passaram, a partir do terceiro trimestre, a ser quitadas por desembolso da Associação.

TERMO DE COMPROMISSO	Dezembro/2021		Dezembro/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Contribuição Extraordinária II	3.273.023	13.793.568	2.968.548	15.697.121
Contribuição Extraordinária III	954.009	8.775.109	856.680	7.081.316
Total	4.227.032	22.568.677	3.825.228	22.778.437

As Contribuições Extraordinárias II e III tratam do equacionamento dos déficits atuariais dos exercícios de 2013 e 2015, respectivamente, relativos ao Plano BD Eletrobras, conforme Nota 22 destas Notas Explicativas. Celebrados em janeiro de 2020, seus pagamentos iniciaram em fevereiro daquele exercício, e têm previsão de quitação em até quinze anos.

Neste quarto trimestre, foram registrados os efeitos da reavaliação técnica atuarial do Plano BD Eletrobras, realizada pela Consultoria Atuarial da Fundação Eletros, que resultou no incremento do valor a equacionar, de responsabilidade da Associação enquanto patrocinadora, relativos aos exercícios de 2013 e 2015, no montante de R\$ 7.150.827, com reflexos nos saldos das Contribuições Extraordinárias e nos resultados da Associação neste exercício.

Também neste quarto trimestre, foi implantado o Plano CD Eletrobras I. Devidamente aprovado pela PREVIC, este Plano visa a migração dos participantes, tanto do Plano BD Eletrobras quanto do Plano CD Eletrobras.

Aberto o processo de migração dos participantes, ativos e assistidos, do Plano BD Eletrobras, as Patrocinadoras se obrigam a integralizar o saldo a equacionar de sua responsabilidade relativo a cada participante. Desta forma, a Associação repassou a Fundação Eletros os montantes de R\$ 2.299.355 em novembro de 2021 e de R\$ 3.343.418 em dezembro de 2021, que foram deduzidos do saldo das Contribuições Extraordinárias. No exercício de 2022, novas fases de migração ocorrerão. Ao final do processo de migração, os Termos de Compromisso para o equacionamento dos déficits de 2013 e 2015 (Contribuições Extraordinárias II e III) serão repactuados com os saldos dos participantes, de responsabilidade da Associação enquanto Patrocinadora do Plano BD Eletrobras, que optaram por não migrar para o Plano CD Eletrobras I.

NOTA 20 – PROVISÃO PARA BONIFICAÇÃO PRÊMIO DE METAS

Assim como seus Associados Fundadores, a Associação, baseada em indicadores de desempenho próprios e do conjunto das demais empresas que compõem o Sistema Eletrobras, bonifica seus colaboradores efetivos, anualmente, na medida que metas e indicadores estabelecidos são alcançados.

Para este fim, a Associação mantém provisionados **R\$ 7.566.135** para efetuar, no exercício de 2022, o pagamento da bonificação das metas de desempenho relativas ao exercício de 2021.

NOTA 21 – PROVISÕES SOBRE A FOLHA DE PAGAMENTO

As provisões sobre a Folha de Pagamento apresentam os seguintes saldos:

	Dezembro/2021	Dezembro/2020
Provisão de Férias	14.555.669	14.163.080
Total	14.555.669	14.163.080

As Provisões de Férias e do 13º Salário estão constituídas de acordo com o previsto nos Artigos 342 e 343 do Decreto nº 9580/2018.

Ao final de cada exercício, com a quitação do 13º Salário, toda sua provisão é baixada, devendo ser constituída, novamente, a partir do primeiro mês do exercício seguinte.

NOTA 22 – PLANO DE SUPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA

O Centro de Pesquisas de Energia Elétrica – CEPEL é um dos patrocinadores da Fundação Eletrobras de Seguridade Social – ELETROS, que assegura a seus participantes e dependentes benefícios complementares aos da previdência oficial básica. Um dos planos oferecidos, através da ELETROS, é o de Benefício Definido (BD), sendo o regime de capitalização adotado conforme as reavaliações atuariais. Não estão sendo permitidas novas adesões a este Plano.

No exercício de 2006, por força do Ofício SPC/DETEC/CGAT nº 1004 de 29/03/2006, bem como pelo seu Termo de Adesão, o CEPEL implementou o Plano de Contribuição Definida – CD ELETROBRAS, e, a partir de abril daquele ano, a adesão e migração foram abertas aos empregados participantes do Fundo.

As contribuições ordinárias efetuadas pelo CEPEL a ELETROS, neste exercício de 2021, totalizaram **R\$ 7.358.718**; e no exercício de 2020, as contribuições totalizaram **R\$ 7.123.317**.

Os déficits atuariais do Plano BD, relativos aos exercícios de 2013 e 2015, tiveram seus equacionamentos celebrados através dos Termos de Compromisso das Contribuições Extraordinárias II e III, respectivamente, com os pagamentos iniciados em fevereiro de 2020; e seus saldos estão apresentados na Nota 19 destas Notas Explicativas.

Neste exercício de 2021, passou a vigorar o Plano CD Eletrobras I, que teve aberta a migração para os participantes ativos e assistidos do Plano BD Eletrobras. Novas fases de migração ocorrerão durante o exercício de 2022, para os demais participantes do Plano BD Eletrobras, assim como para os participantes do Plano CD Eletrobras.

Consta provisionado, neste exercício, o déficit atuarial do Plano BD, relativo a 2020. O montante provisionado de **R\$ 2.396.374** seguirá mantido em rubrica de Provisão até a celebração do Termo para seu equacionamento.

Segue provisionada, ainda neste exercício, em favor da Fundação Eletros, a Dotação Adicional para empregados em Situação Especial (SB 40) que foram desligados e, também, para aqueles que seguem em atividade, conforme abaixo:

	Dezembro/2021	Dezembro/2020
Dotação Adicional (SB40) - Desligados PDC	-	5.856.787
Dotação Adicional (SB40) - Desligados ACT 2020	392.348	-
Total	392.348	5.856.787

A provisão para os empregados em atividade está classificada no Não Circulante, assim demonstrado:

	Dezembro/2021	Dezembro/2020
Dotação Adicional (SB40) - Empregados Ativos	1.617.127	1.764.230

NOTA 23 – PROVISÃO PARA DESPESAS MÉDICAS - DESLIGADOS

O Plano de Demissão Consensual-PDC do Cepel, implantado em 2018, com extensões em 2019, previa, além dos incentivos oferecidos, o pagamento de despesas médicas por 36 meses, a partir do desligamento.

Em 2020, conforme previsto no ACT 2019/2020, foram provisionados os desligamentos de nove empregados, que terão as despesas médicas pagas por 24 meses.

Desta forma, seguem provisionados, para o pagamento destas despesas, os seguintes valores:

	Dezembro/2021		Dezembro/2020	
	Circulante	Longo Prazo	Circulante	Longo Prazo
Prov. p/Despesas Médicas - Desligados PDC	2.706.292	-	356.915	4.525.687
Prov. p/Despesas Médicas - Desligados ACT 2020	356.377	-	200.161	220.177
Total	3.062.669	-	557.076	4.745.864

NOTA 24 – PASSIVO DE ARRENDAMENTO

	Dezembro/2021	Dezembro/2020
Passivo de Arrendamento - IFRS 16 (Circulante)	1.535.716	1.395.752
Passivo de Arrendamento - IFRS 16 (Não Circulante)	-	1.163.127

Movimentação do Passivo de Arrendamento

Saldos em 31/12/2019	3.925.453
Pagamento realizados no exercício	-1.366.574
Saldos em 31/12/2020	2.558.879
Pagamentos realizados no período	-1.693.824
Reajuste do Direito de Uso	670.661
Saldos em 31/12/2021	1.535.716

NOTA 25 – RECEITAS ANTECIPADAS

Com sua adesão ao quadro de Associados Especiais do Centro, a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, realizou o pagamento, ainda neste exercício, de sua Contribuição Estatutária Ordinárias relativa ao exercício de 2022. A Associação procederá em 2022 a apropriação desta Contribuição em suas Receitas Operacionais.

	Dezembro/2021	Dezembro/2020
Contribuição Estatutária Ordinária	100.000	-

NOTA 26 – OBRIGAÇÕES DE CONVÊNIOS

O saldo das Obrigações de Convênio, registradas no Passivo Não Circulante, em 31/12/2021 e em 31/12/2020, tem a seguinte composição:

	Dezembro/2021	Dezembro/2020
CONVÊNIO MME - MATRIZ ENERGÉTICA	89.630	89.630
CONVÊNIO CEPEL-FDT-PROCEL-SMDH	168.915	168.915
CONVÊNIO FINEP/ADINPE	416.680	416.680
CONVÊNIO FINEP/CONTERAIOS	322.206	322.206
CONVÊNIO FINEP/HELIOTERM	120.971	120.971
CONVÊNIO MME - METPE	141.380	138.628
CONVÊNIO Eletrobras ECV 2	29.515	136.410
CONVÊNIO Eletrobras ECV 3	3.571.233	1.004.557
CONVÊNIO Eletrobras ECV 4	6.477.717	3.207.406
CONVÊNIO-CHESF CVI 080/20	116.726	292.514
CONVÊNIO-CHESF CDVE 4542	428.020	-
Total	11.882.993	5.897.917

O Convênio MME-Matriz Energética, de nº 037/2005-MME, que tem como objeto o “desenvolvimento de metodologia e protótipo computacional para aprimorar a representação e interação do modelo de oferta de energia elétrica com os modelos de oferta dos demais setores nos estudos de projeção da Matriz Energética Nacional”, foi assinado em 23 de dezembro de 2005 com vigência de 24 meses. O prazo para prestação de contas é de sessenta dias após o término da vigência, conforme previsto na Instrução Normativa 01/97-STN. A vigência deste Convênio está encerrada e a sua prestação de contas final foi apresentada no prazo e sua quitação segue tramitando no MME.

O Convênio FDT-PROCEL-SMDH nº ECV 256/2007, que tem como objeto “a Implementação de um Sistema Móvel para Diagnósticos Hidroenergéticos”, foi assinado em 28 de dezembro de 2007 com vigência de 36 meses, e o seu prazo para prestação de contas é de trinta dias após o término da vigência, conforme previsto no Manual de Prestação de Contas do PROCEL. A prestação de contas final foi apresentada e a Associação aguarda a quitação pelo PROCEL.

O Convênio FINEP-ADINPE nº 01/09.0539.00, que tem como objeto a “Atualização do Atlas Eólico Brasileiro”, foi assinado em 04 de novembro de 2009 com vigência de 30 meses. O seu prazo para prestação de contas é de sessenta dias após o término da vigência, conforme Portaria Interministerial nº 127 de 29 de maio de 2008. O Convênio foi prorrogado até o dia 04 de dezembro de 2016 e aguarda a homologação de sua prestação de contas final.

O Convênio FINEP-CONTERAIOS nº 01.10.0513.00 tem por objeto a execução do Projeto intitulado “Contadores de descargas atmosféricas como ferramenta auxiliar aos sistemas especialistas de localização e acompanhamento de tempestades”, e foi assinado em 25 de outubro de 2010 e o prazo de sua vigência é de 24 meses, sendo de sessenta dias contados do término da vigência, o prazo para a prestação de contas. Este Convênio teve sua vigência encerrada e sua prestação de contas final foi apresentada e segue em análise na FINEP.

O Convênio FINEP-HELIOTERM nº 01.12.0324.00 tem por objeto a “Implantação de uma Planta Piloto de Geração Heliotérmica na Região do Semiárido do Brasil”. Este convênio foi firmado em 06 de agosto de 2012 com vigência de 36 meses, sendo que sua prestação de contas tem prazo de sessenta dias após seu término, conforme Instrução Normativa 01/97-STN. O Convênio teve a vigência terminada em maio de 2017 e sua prestação de contas final está em análise na FINEP.

O Convênio MME – METPE nº 796238/2013 tem por objeto “o Assessoramento Técnico do CEPEL à SPE no Planejamento da Expansão de Sistemas de Energia”. Este Convênio foi firmado em 04 de junho de 2014, com vigência de 36 meses. A prestação de contas final foi apresentada e segue em análise do MME.

O Convênio Eletrobras ECV 2 tem por objeto “a formação de um banco de dados com informações consolidadas e confiáveis permitindo monitorar a evolução da eficiência energética de transformadores imersos em óleo para redes aéreas de distribuição”. Este Convênio foi assinado em 03 de maio de 2020, com vigência de quatro meses após findo o prazo de execução, que é de até 24 meses.

O Convênio Eletrobras ECV 3 tem por objeto “a realização de ensaios nas áreas de refrigeração comercial, de condicionadores de ar residencial tipo *inverter* e condicionadores de ar comerciais do tipo Multi Split e VRF”. O presente Convênio foi assinado em 04 de junho de 2020 e tem prazo de até dezoito meses para a execução física e financeira. Sua vigência é de até quatro meses após findo o prazo de execução.

O Convênio Eletrobras ECV 4 tem por objeto “a realização de ensaios em motores elétricos trifásicos fracionários e com potência até 370 Kw”. O presente Convênio tem vigência até junho de 2022.

O Convênio CHESF CVI 080/20 tem por objeto o desenvolvimento e implementação de novas tecnologias de geração de energia fotovoltaicas para a CHESF. O presente Convênio teve início no exercício de 2020 e tem vigência até abril de 2023.

O Convênio CHESF CVDE 4542/20 tem por objeto desenvolver cooperação técnica e científica, com vistas ao desenvolvimento de atividades no campo da pesquisa, ensino, extensão e desenvolvimento tecnológico, produção e informação técnica e científica, visando a instalação de uma planta heliotérmica. O presente Convênio terá vigência até fevereiro de 2025.

NOTA 27 – CONTINGÊNCIAS TRABALHISTAS E FISCAIS

A Associação enfrenta diversos processos de ações trabalhistas em curso na Justiça do Trabalho, em variados estágios de julgamento. Com base na análise individual de tais processos e tendo como suporte os prognósticos da Consultoria Jurídica, foram efetuadas as Provisões para Contingências Trabalhistas.

Registradas no Passivo Não Circulante, grupo Exigível à Longo Prazo. Elas representam o **provável** revés nesses processos.

	Dezembro/2021	Dezembro/2020
Provisão para Contingências Trabalhistas	11.232.033	11.137.524

A Associação enfrenta, também, processos de ações nas esferas trabalhista, cível e tributária, que apresentam grau de risco médio, com prognóstico de revés **possível**, de acordo com análise da Consultoria Jurídica. Os valores estimados de tais processos são:

	Dezembro/2021	Dezembro/2020
Contingências Trabalhistas de Grau Médio	3.434.584	3.396.277
Contingências Cíveis de Grau Médio	197.669	197.669
Contingências Tributárias de Grau Médio	44.218.825	42.792.969
Total	47.851.078	46.386.915

Desde 2017, a Associação vem sendo questionada pela Receita Federal do Brasil quanto ao cumprimento, durante o ano-calendário de 2014, dos requisitos legais para usufruto da isenção tributária, conforme Mandado de Procedimento Fiscal 07.1.08.00.2017-00476-0.

Em abril de 2019, a Receita Federal publicou o Ato Declaratório Executivo ADE DRF RJ I nº 23, declarando a suspensão da isenção tributária da Associação, relativa ao ano-calendário de 2014, tendo sido apresentada impugnação administrativa tempestiva contra o referido Ato Declaratório.

Em 30 de Agosto de 2019, a Associação recebeu quatro autos de infração, totalizando **R\$ 40.588.964**, reivindicando valores de IRPJ, PIS, COFINS e CSLL, todos referentes ao ano-calendário de 2014. Os aludidos autos de infração seguem sendo contestados pela Associação.

A Associação, amparada pelas indicações recebidas do escritório especializado contratado, projeta que as chances de perda dessas questões são classificadas, neste momento, como **possíveis**. Tendo em vista esta perspectiva, não foi constituída qualquer provisão para contingências nas demonstrações financeiras.

NOTA 28 – PATRIMÔNIO SOCIAL

O Patrimônio Social tem a seguinte composição:

Patrimônio Social - saldo em 31/12/2020	151.696.726
Capitalização do Resultado de 2020	30.780.984
Total do Patrimônio Social em 31/12/2021	182.477.710

NOTA 29 – RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES

As receitas com Contribuições estão previstas no Estatuto da Associação e se constituem na principal fonte de recursos para o financiamento de suas atividades. Estão assim apresentadas, no período:

	Dezembro/2021	Dezembro/2020
Associados Fundadores		
Eletrobras	80.332.308	89.258.120
CHESF	22.042.875	28.913.942
Furnas	36.738.125	32.861.354
Eletronorte	22.353.338	31.559.894
CGT Eletrosul	8.123.783	7.622.690
Sub Total	169.590.428	190.216.000
Sócios Especiais	2.645.267	3.497.488
Contribuições Complementares	350.000	-
Contribuições Extraordinárias	-	3.100.000
Total	172.585.695	196.813.488

Conforme Art. 39º do Estatuto, a proposta de Orçamento de receitas e despesas da Associação é apresentada, pela Diretoria Executiva, para aprovação do Conselho Deliberativo. As contribuições dos Associados, para o exercício de 2021, foram propostas e aprovadas na 208ª Reunião do Conselho Deliberativo da Associação, em 11/12/2020.

NOTA 30 – CONTRIBUIÇÃO COMPLEMENTAR

O Associado Fundador Eletrobras efetuou, neste trimestre, uma contribuição no valor de **R\$ 350.000**, conforme Resolução RES-344/2021 de 17/05/2021, em complemento às contribuições ordinárias definidas pelo Conselho Deliberativo. O objetivo da disponibilização da referida contribuição complementar é o desenvolvimento de novas funcionalidades do Sistema IGS – Sistema de Indicadores da Sustentabilidade Empresarial.

NOTA 31 – RESULTADO DE CONVÊNIOS (RESTRITOS)

Resultados de Convênios (Restritos)	Dezembro/2021	Dezembro/2020
Receitas (Restritas)		
Convênio MME - METPE	692	559
Convênio CHESF - CVI 080/20	8.715	-
Convênio Eletrobras - ECV 02	255.334	44.132
Convênio Eletrobras - ECV 03	27	87
Convênio Eletrobras - ECV 04	-	15
Convênio CHESF - CVDE 4542/20	239	25
Total	265.007	44.818
Despesas (Restritas)		
Serviços de Consultoria	255.180	44.000
Despesas Bancárias	438	259
Despesas Tributárias	692	559
Despesas de Viagens	297	-
Serviços Eventuais	8.400	-
Total	265.007	44.818
Resultado de Convênios no período (Restritos)	-	-

Os recursos recebidos pela Associação, a título de Convênios, são mantidos em contas separadas das suas Disponibilidades e têm utilização restrita aos objetos descritos nos respectivos planos de trabalho.

NOTA 32 – RECEITA DE ROYALTIES

A Associação recebeu, no último trimestre deste exercício, montante referente ao contrato de Royalties celebrado com a empresa parceira Eirgrid PLC, relativo ao Sistema Integra, conforme ND 16019 de 18/10/2021.

	Dezembro/2021	Dezembro/2020
Receita de Royalties	33.000	-

NOTA 33 – RECEITA COM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

A Receita com Prestação de Serviços está apresentada na Demonstração do Resultado do Exercício líquida das deduções, e tem a seguinte composição:

	Dezembro/2021	Dezembro/2020
Receita de Prestação de Serviços	37.079.702	31.271.519
(-) Devoluções e Abatimentos	-29.036	-177.197
(-) Impostos	-883.287	-805.986
(-) Ajuste a Valor Presente	-98.944	-
Receita Líquida de Prestação de Serviços	36.068.435	30.288.336

NOTA 34 – DESPESAS COM PESSOAL PERMANENTE

As Despesas com Pessoal Permanente estão assim classificadas:

	Dezembro/2021	Dezembro/2020
Remunerações	72.866.811	85.158.796
Benefícios Sociais	21.408.759	20.855.834
Encargos Sociais	22.943.064	22.316.819
Quitações Trabalhistas (Reversão)	-2.019.848	6.394.192
Total	115.198.786	134.725.641

A reversão da Provisão para Quitações Trabalhistas ocorreu devido ao pagamento das Rescisões de Contrato de Trabalho, provisionadas em 2020, terem montado valor inferior à provisão.

As despesas com os Benefícios Sociais que a Associação proporciona a seus empregados, têm a seguinte composição:

	Dezembro/2021	Dezembro/2020
Contribuições p/Fundação Eletros	7.358.718	11.050.778
Déficit Atuarial - Plano BD Eletrobras	7.150.827	-
Dotação Adicional - SB-40 (Reversão)	-3.007.241	-
Seguro de Vida	683.588	1.111.978
Complementação Salarial	155.569	125.153
Despesas Médicas	8.045.073	7.546.006
Auxílio Creche	864.862	865.048
Bolsas de Estudo	157.363	156.651
Auxílio Transporte	-	220
Total	21.408.759	20.855.834

NOTA 35 – SERVIÇOS DE TERCEIROS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	Dezembro/2021	Dezembro/2020
Contratados - Pessoa Física	27.128	-
Contratados - Pessoa Jurídica	13.526.640	10.759.618
Estagiários	1.144.683	1.707.597
Assessoria e Consultoria	2.218.311	2.758.503
Convênio Sócio-educativo	49.489	176.063
Cessão Programas de Computador	1.279.650	676.738
Vale Alimentação	4.682.654	4.019.199
Fretes	66.263	86.226
Serviços Eventuais	550.198	159.410
Total	23.545.016	20.343.354

NOTA 36 – DESPESAS GERAIS

Esta rubrica está composta conforme abaixo:

	Dezembro/2021	Dezembro/2020
MATERIAIS	1.470.412	1.232.348
VIAGENS	248.307	149.976
SEGUROS	565.961	564.322
SERVIÇOS PERMANENTES	11.035.074	9.177.547
Conservação e Limpeza	5.103.158	3.800.001
Segurança	1.925.745	2.159.853
Reprodução e Cópias	104.760	289.648
Transportes	3.901.411	2.844.090
Copa e Restaurante	-	83.955
UTILIDADES E SERVIÇOS	12.843.569	12.291.402
Energia Elétrica	4.446.136	4.173.846
Telefone, Água e Outros Serviços Públicos	1.029.042	1.151.930
Manutenção e Reparos	7.368.391	6.965.626
BIBLIOTECA	973.326	688.433
OUTROS	858.874	1.222.319
Condução e Refeição	33.134	50.086
Congressos, Cursos e Seminários	135.638	50.614
Despesas de Importação	-	19
Despesas Legais e Judiciais	5.712	36.171
Contribuições Institucionais	95.986	49.354
Publicidade Legal	48.110	46.692
Perdas com Títulos Incobráveis	253.499	-
Outras Indenizações	776.536	177.768
Provisões (Cont. Trab./Dev. Duvidosos/Fiscais)	-507.976	549.405
Despesas Diversas	18.235	262.210
Total	27.995.523	25.326.347

NOTA 37 – DESPESAS TRIBUTÁRIAS

Esta rubrica está composta conforme abaixo:

	Dezembro/2021	Dezembro/2020
Imp.Renda s/Rendimentos Aplic. Financeiras	529.606	580.998
IPTU	22.016	21.389
IPVA	10.924	11.968
COFINS	136.763	95.264
Outros Impostos e Taxas	82.323	14.916
Total	781.632	724.535

NOTA 38 – GERENCIAMENTO DE RISCO FINANCEIRO

A Associação não conta com um Comitê Patrimonial e de Gestão de Investimentos para o aconselhamento sobre alocações de investimentos financeiros, devido aos seus investimentos estarem em Ativos Livres de Riscos (Fundo DI - Extramercado e cadernetas de poupança no Banco do Brasil).

a) Derivativos

A Associação não opera com instrumentos financeiros com características de derivativos.

b) Estrutura do gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Associação são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela mesma, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

A Associação adota uma política conservadora de aplicação dos recursos, sendo que a maior parte destes é alocada em títulos públicos federais ou operações compromissadas lastreadas em títulos do Governo.

c) Risco de crédito financeiro

O risco está relacionado à possibilidade da Associação computar perdas derivadas da dificuldade de realização das aplicações financeiras de curto prazo. O risco associado a esses instrumentos financeiros é minimizado através da aplicação exclusiva em ativos livres de riscos.

d) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de a Associação encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A Associação administra o risco de liquidez de curto, médio e longo prazos, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais.

e) Risco de mercado

A utilização de instrumentos financeiros, pela Associação, tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de câmbio, índices de preços e moedas. A Associação não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, ainda que estes são monitorados periodicamente. A Associação também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos.

f) Categoria dos Instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, os principais instrumentos financeiros registrados no Balanço Patrimonial são como seguem:

	Dezembro/2021	Dezembro/2020
Ativos Financeiros Mensurados ao custo amortizado		
Equivalentes de Caixa	210.626	171.481
Aplicações Financeiras	131.830.555	119.594.115
Recursos Vinculados	5.325.446	4.779.515
Contas a Receber	8.410.630	3.710.249
Outros	594.804	400.304
Total	146.372.061	128.655.664
Passivos Financeiros Mensurados ao custo amortizado		
Obrigações a Pagar	18.819.596	19.497.752
Empréstimos e Financiamentos	26.795.709	26.603.665
Total	45.615.305	46.101.417

NOTA 39 – SEGUROS

O seguro patrimonial está composto por três ramos de seguro, com as respectivas apólices:

1 – Riscos Nomeados e Operacionais - Prêmio Anual: R\$ 554.000

Compreende as coberturas de instalações prediais e equipamentos para os casos de Incêndio/Raio/Explosão; Danos Elétricos; Equipamentos Estacionários Danos Operacionais; Equipamentos em Trânsito Objetos Portáteis; Quebra de Máquinas; Bens de Terceiros; Vidros; Roubo/Furto Qualificado/Extorsão/Apropriação Indébita; Vendaval/Queda de Aeronave/Granizo/Impacto de Veículos; Alagamento/Inundação/etc; Movimentação Interna; Responsabilidade Civil Operações/Empregador/Veículos.

2 – Auto RCF – Prêmio Anual R\$ 11.507

Compreende a cobertura total da frota do Cepel para sinistros provenientes de colisão, incêndio, roubo e alagamentos com 110% da Tabela FIPE. Danos materiais, danos pessoais e danos morais contra terceiros e propriedade.

3 – Transporte Internacional Importação – Prêmio: Averbação mensal

Compreende a cobertura de bens e equipamentos adquiridos no exterior, transportados via aérea ou marítima, até o devido desembaraço alfandegário. O valor referente ao prêmio da Apólice de Seguro de Transporte Internacional será averbado, conforme movimentação mensal de bens/equipamentos adquiridos no exterior, sendo o limite máximo de garantia no valor de R\$ 15.000.000,00.

Para efeito dos valores demonstrados, o Valor em Risco - VR contratado através da Apólice Riscos Nomeados e Operacionais é da ordem de R\$ 370.000.000,00 e o limite máximo de indenização é da ordem de R\$ 95.000.000,00. Na composição do Valor em Risco – VR, as unidades Ilha do Fundão e Adrianópolis respondem na proporção de 27,03% e 72,97%, respectivamente, e na composição do Limite Máximo de Indenização – LMI, o valor está unificado para ambos os locais de risco.

NOTA 40 - REMUNERAÇÕES

A Associação informa que os valores da menor e maior remuneração, praticadas em 31/12/2021, são de **R\$ 2.414** e de **R\$ 53.871** respectivamente, e que a remuneração média praticada nesta data é de **R\$ 17.288**. Estes valores incluem salários e adicionais.

NOTA 41 - OUTROS

ALUGUEL:

A sede da Associação está situada em terreno de propriedade da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, na Cidade Universitária – Ilha do Fundão – Rio de Janeiro, cuja cessão de uso foi contratada através do Convênio ECV-81/72 de 20/11/1972, entre a Universidade e a Eletrobras. O primeiro aditivo ao Convênio sub-roga todos os direitos e obrigações dele decorrentes ao Cepel. O valor do respectivo aluguel é reajustado anualmente pela variação do IGP-M e pago semestralmente.

O Convênio entre a UFRJ e a Associação, cuja vigência se encerra em novembro de 2022, teve a manifestação das partes para sua renovação, estando em fase de análise e negociação.

TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO:

Além dos benefícios descritos nas notas 22 e 31, a Associação vem desenvolvendo e ampliando mecanismos e recursos para garantir a melhoria contínua das competências de seus empregados. Desde o exercício de 2020, entretanto, devido a pandemia da Covid-19, tem ocorrido a redução dessas atividades.

Ainda assim, neste exercício de 2021, foi possível gerar oportunidades para 220 colaboradores, que representam 78,29% do nosso quadro efetivo, o que se traduziu em 3.677,50 horas de atividades, neste período.

PATENTES:

A Associação mantém registros de patentes já concedidas e depositadas junto ao INPI, e estão demonstradas abaixo:

PATENTES CONCEDIDAS:

1. PI-9803488-0 Sistema de Telecomando para Controle Remoto de Cargas Elétricas
2. PI-9902611-2 Processo de identificação dos consumidores fraudulentos em uma rede de distribuição de energia elétrica numa determinada região, e sistema e processo de determinação da existência de condutores escondidos que não passam por um medidor de energia elétrica
3. PI-0002430-9 Medidor de energia elétrica e alojamento para um medidor de energia elétrica
4. PI-0801469-8 Sistema de Monitoramento para Transformadores Usado em Sistema de Medição Indireta de Energia Elétrica em uma Instalação de Medição de Energia Elétrica e Método de Monitoramento e Diagnóstico de Transformadores em uma Instalação de Medição Indireta de Energia Elétrica
5. PI-0705108-5 Sistema e Método de Avaliação de Buchas Capacitivas
6. PI-0800367-0 Dispositivo para o Estabelecimento de Contato Elétrico em Circuitos de Alta Tensão
7. PI-0905866-4 Robô para Inspeção de Cabos Condutores

PATENTES DEPOSITADAS:

- | | | |
|-----|------------------|---|
| 8. | PI-0703417-2 | Sistema Eletrônico de Monitoração Individualizada de Consumos e Método de Monitoramento Individualizado de Consumos em um Sistema de Medição Centralizada |
| 9. | BR102014021142-0 | Metodologia de cálculo de vida útil de usina termelétrica |
| 10. | PI-0602081-0 | Disco Isolador Antipoluição |
| 11. | BR102018077162-0 | Método p/Determinar Responsabilidades de Geração de Distorções Harmônicas |
| 12. | BR102019013232-9 | Dispositivo Modular, Sistema e Método p/Monitoramento de Campos Magnéticos de Alta Intensidade Próximos a Medidores de Consumo |
| 13. | PI-0803730-2 | Dispositivo Isolante de Sustentação e de Proteção de Linhas |
| 14. | PI-0802154-6 | Sistema de Medição e Avaliação de Transformadores de Potência Energizados através de Resposta em Frequência |
| 15. | PI-1002299-6 | Sistema de Monitoramento de Descargas Parciais |

DESENHO CONCEDIDO:

- | | | |
|-----|--------------|---|
| 16. | DI-6704136-1 | Configuração Aplicada em Espaçador de Linhas Condutoras de Eletricidade |
|-----|--------------|---|

AMILCAR GUERREIRO

Diretoria Geral

CONSUELO GARCIA

Diretoria de Gestão Corporativa

ORSINO BORGES DE OLIVEIRA FILHO

Diretoria de Laboratórios e Pesquisa
Experimental

MAURÍCIO BARRETO LISBOA

Diretoria de Pesquisa, Desenvolvimento
e Inovação

GILMARA ESTELA LEITE COUTO

Departamento de Gestão Financeira

PAULO TADEU ALVES

Contador - CRC/RJ 096.264-0